



CPMI-PETRO 14

**Requerimento**  
**Nº 320/14**

**Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, seja CONVOCADO o(a) Sr.(a) Paulo Roberto Costa para prestar depoimento.**

**Senhor(a) Presidente,**

Nos termos das disposições constitucionais (art. 58 da CF/88), legais (art. 2º da Lei 1.579/52) e regimentais (art. 148 do Regimento Interno do SF), requero seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** do(a) Sr.(a) Paulo Roberto Costa para prestar esclarecimentos a esta Comissão.

**JUSTIFICATIVA**

Alberto Youssef, conhecido doleiro do mercado, presenteou com um Land Rover o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, envolvido, entre outros, no caso da refinaria de Pasadena e de Abreu e Lima. Ambos foram presos na Operação Lava Jato da Polícia Federal em 20 de março de 2014. Na residência de Costa foram encontrados R\$ 751.400 mil, US\$ 181.495 mil e € 10.850 em espécie. Relatório do COAF apontou uma renda mensal



de R\$ 22 mil e movimentos de R\$ 3 milhões entre dezembro de 2013 e março de 2014. Costa, com ajuda dos seus familiares, tentava destruir documentos relacionados às investigações que estavam em sua consultoria (Costa Global) – aberta cinco meses após deixar a Petrobras.

Papéis apreendidos pela Polícia Federal mostraram depósitos milionários do doleiro na conta da Costa Global. São valores em reais, dólar e euro recebidos entre novembro de 2012 e março de 2013. Antes dos valores, uma referência a “primo”, que, segundo a PF, era a alcunha usada por Costa para identificar o doleiro Alberto Youssef. Os citados depósitos foram da ordem de R\$ 1,06 milhão, US\$ 500 mil e € 35 mil. Portanto, muito superiores ao valor da Land Rover recebida. O documento mostrou ainda que, depois desses depósitos, a Costa Global passou a ter em caixa mais de R\$ 4 milhões, US\$ 1 milhão e € 314 mil. Abaixo, segue trecho do relatório:

Importante também o documento com o título “PLANILHA VALORES (EXISTENTE/ENTRADAS/SAÍDAS) a partir de 30/11/12 até 03/06/13, que aparenta ser uma “contabilidade manual” da empresa COSTA GLOBAL e, na rubrica “ENTRADA”, há a seguinte inscrição (com a anotação “primo”, que é a alcunha por meio do qual ALBERTO YOUSSEF é conhecido):



CONGRESSO NACIONAL  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO  
CPMI DA PETROBRAS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ  
DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES FINANCEIROS

PLANILHA VALORES (EXISTENTE/ENTRADAS/SAIDAS) a partir de  
30/11/12 até 03/06/13

1) EXISTENTE

- a) R\$ 3.079.000,00 MM
- b) US 645.000,00 mm
- c) EUR 279.000,00 mm

2) ENTRADA

primo => R\$ 300.000,00 + EUR 35.000,00 (17/12/12), R\$ 260.000,00 +  
US 50.000,00 (21/12/12), US 200.000,00 (11/01/13), US 250.000,00  
(29/01/13), R\$ 400.000,00 (25/02/13), R\$ 100.000,00 (15/03/13)

Total: R\$ 1.060.000,00 MM  
US 500.000,00 mm  
EUR 35.000,00 mm

TOTAL VALORES EXISTENTE + ENTRADA =

- a) R\$ 4.139.000,00 MM
- b) US 1.145.000,00 mm
- c) EUR 314.000,00 mm

Assim, observa-se que os valores recebidos de ALBERTO YOUSSEF podem superar, em muito, o valor do veículo LAND ROVER. Somente pelas anotações acima, esses valores totalizariam mais de um milhão de reais, 500 mil dólares americanos e 314 mil Euros, valor que se aproxima do mencionado em diálogo com MARCIO BONILHO da SANKO SIDER.

De modo semelhante, outros documentos, também apreendidos pela Polícia Federal na casa do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, apontam que ele usou sua empresa de consultoria para cobrar comissões em troca da intermediação de negócios com a petroleira estatal. Planilhas mostradas pelo "Fantástico", da TV Globo, detalham os negócios da Costa Global –fundada pelo ex-diretor em 2012 após ele deixar a estatal. A reportagem cita como exemplo o caso Astromarítima Navegação S.A., cliente da Costa Global, que assinou com a Petrobras, em outubro de 2013, contratos de fretamento marítimo no valor total de R\$ 490 milhões. Um papel que traz a contabilidade da consultoria aponta, entre os "negócios em andamento", contrato da Astromarítima que pagaria "taxa de sucesso" de 5% até R\$ 110 milhões e mais 50% sobre o que ultrapassasse esse valor.



CONGRESSO NACIONAL  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO  
CPMI DA PETROBRAS

Foi identificada, ainda, entre os documentos apreendidos, uma anotação na agenda de Paulo Roberto Costa, que registrava o repasse, em 2010, de R\$ 28,5 milhões ao PP (Partido Progressista), sendo R\$ 7,5 milhões para o Diretório Nacional, um dos partidos responsáveis por sua indicação ao cargo. Partidos que integraram a base aliada do governo da presidente Dilma Rousseff receberam ao menos R\$ 35,3 milhões em doações na campanha eleitoral de 2010 de empresas citadas na lista apreendida pela Polícia Federal na casa do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa.

Tal lista contém uma tabela (relativa ao mês de fevereiro) com três colunas: A primeira, com nome de grandes empresas da área de engenharia. Muitas dessas empresas são fornecedoras da Petrobras. A segunda coluna tem o nome dos executivos responsáveis pelas empresas. E a terceira, intitulada solução, com anotações que, segundo a PF, indicam possíveis pagamentos a candidatos e financiamento de campanha. Entre as soluções, frases como “está disposto a colaborar”, “já está colaborando, mas vai intensificar para a campanha a pedido de PR” e “já teve conversa com o candidato e vai colaborar a pedido do PR”. A Polícia Federal investiga se PR seria mesmo Paulo Roberto Costa. Abaixo, segue trecho do relatório:

Merece destaque o documento constante no item 17 do auto de arrecadação (P. 178/179) do anexo, que traz uma lista nominal de grandes empresas da área de engenharia no país, em uma tabela, contendo três colunas, sendo a primeira com o nome da empresa, a segunda com a anotação “executivo” e os nomes dos responsáveis e, na terceira, com a anotação “solução”, diversas anotações que indicam possíveis pagamentos para “candidatos”, podendo indicar financiamento de campanha.

Entre as soluções, constam frases como “Está disposto a colaborar. Iria falar com executivo para saber se já ajudam em algo”; “Já está colaborando, mas vai intensificar



CONGRESSO NACIONAL  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO  
CPMI DA PETROBRAS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ  
DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES FINANCEIROS  
mais para campanha a pedido do PR" (PR = Paulo Roberto?); "Já teve conversa com candidato, vai colaborar a pedido do PR"...

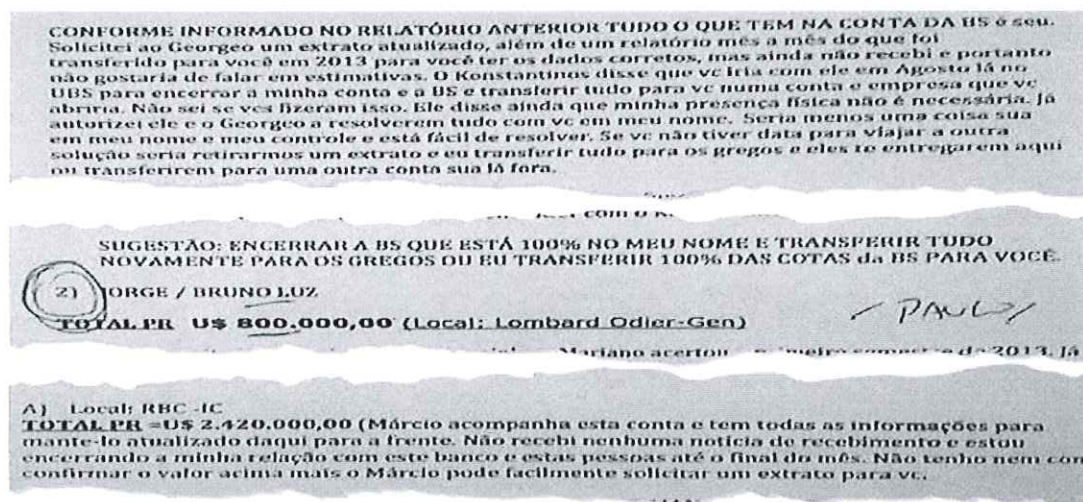
Empresa	Executivo	Solução
4/2 - Mendes Junior	sergio Mendes - Dono e Presidente	Está disposto a colaborar, tem plano e executivos pt sobre se faz alguma coisa.
4/7/2 - UTC / Constran	Ricardo Penna - Dono e Presidente	Já está colaborando, mas vai entrar em contato a pedido PR.
10/2 - Enquix	Gerson - Presidente e Sócio	Já teve conversa e candidato vai colaborar a pedido PR.
11/2 - ISA	Valdir - Presidente Executivo	Empresa formada por fusão de várias, ele não colabora a parte de ISA.
11/2 - Hope RH	Junior, Raul e Ráximo Donos	Já teve contato, pedir pt. Ex. juiz de concurso está com. Vai entrar a pedido PR.
12/2 - Toyo / Catal	Julio Camargo - Presidente Executivo	Conseja entrar a pedido de Toyo.
- Andrade Gutierrez	Fábio - Vice-Presidente Otávio Aguiar - Pres. Holding	

Outro relatório da PF apontou que, em maio de 2013, Youssef ainda comandava quatro contas secretas em conjunto com Paulo Roberto Costa. Uma no banco UBS de Luxemburgo; outra no banco Lombard Odier, na Suíça; uma terceira no banco Itaú, não se sabe em que país; e a última no banco RBC, nas Ilhas Cayman. O citado relatório não apontou com exatidão os valores que constavam nessas contas. Considerando apenas os saldos e os depósitos feitos no momento da análise, chegou-se ao montante de US\$ 3,7 milhões. A conta com maior saldo - US\$ 2,42 milhões - foi a do banco RBC nas Ilhas Cayman. A conta do Itaú, segundo o relatório, tinha relação com a empreiteira Alusa e tinha um saldo de R\$ 127.400,00 em agosto de 2011 (Paulo Roberto ainda estava na Petrobras). A Alusa firmou contratos com a Petrobras da ordem de R\$ 3,5 bilhões. O maior deles (R\$ 1,5 bilhão) foi firmado em 2010. Em 2008, a Alusa fechou um



CONGRESSO NACIONAL  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO  
CPMI DA PETROBRAS

contrato de R\$ 966 milhões para realização de obras na refinaria Abreu e Lima. Abaixo, trecho de documento atribuído pela PF ao doleiro Alberto Youssef para Paulo Roberto Costa (espécie de prestação de contas) e comprovante que mostra que Youssef abriu uma offshore, a Sunset Global, para Paulo Roberto. A representante da offshore é a mulher de Costa, Marici Azevedo Costa:



Acusado pela Polícia Federal de ser um dos líderes de um esquema de lavagem de cerca de 10 bilhões de reais, o engenheiro



CONGRESSO NACIONAL  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO  
CPMI DA PETROBRAS

mecânico Paulo Roberto Costa teve, na Petrobras, uma carreira invejável. Funcionário de carreira, conseguiu, desde que entrou na estatal, em 1977, chegar ao posto de diretor de Abastecimento, em 2004. A carreira bem-sucedida teve, no entanto, uma fase meteórica de acúmulo de capital nos últimos cinco anos. Nesse período, de acordo com um levantamento feito pelo site de VEJA, Costa, a mulher, duas filhas e dois genros adquiriram nada menos que 13 imóveis residenciais no Rio de Janeiro – num período de valores nas alturas. Os valores das transações registrados em cartório chegam a 5,8 milhões de reais. Não estão na soma as duas salas comerciais nos quais a família investiu uma parte de seu capital.

O relatório final da Polícia Federal sobre o esquema do doleiro Alberto Youssef, preso na operação Lava-Jato, indiciou Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras e parceiro de negócios de Youssef, por integrar organização criminosa (até oito anos de cadeia), falsidade ideológica (até 3 anos de cadeia) e lavagem de dinheiro (até 10 anos de cadeia).

Ante o exposto, faz-se necessária a oitiva do Sr. Paulo Roberto Costa nesta Comissão.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.